A cobertura do Jornal Nacional sobre o crime Marielle Franco: uma análise semiótica[1]

Leandro Lima RIBEIRO[2]
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explicar a construção do sentido das reportagens do Jornal Nacional sobre o crime Marielle Franco, ocorrido em 2018. Para tanto, ancora-se no aporte teórico-metodológico da semiótica discursiva francesa. O *corpus*, por sua vez, é composto por 22 reportagens do Jornal Nacional, veiculadas durante as duas primeiras semanas desde o acontecimento. Os resultados mostram, do ponto de vista da organização narrativa, uma sanção pragmática norteada por um *crer ser* uma execução efetuada por agentes policiais. Além disso, foi possível constatar que o agendamento da hipótese inicial explica o alto engajamento do crime na esfera pública, intensificando o *querer saber* as reais causas do crime.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; semiótica; Marielle Franco; Jornal Nacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade brasileira lida, de forma intensa, com violações de Direitos Humanos, sobretudo com a chegada ao poder de grupos políticos com forte discurso autoritário e para os quais a aniquilação de seus opositores é peça fundamental para a consolidação de uma sociedade forjada à sua própria imagem ou por apenas aquilo que se acredita aceitável. Em 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos chegou a classificar a letalidade policial contra negros e pobres como um grave impasse para a garantia de direitos fundamentais, o que representa senão o resultado de um racismo mascarado e institucionalizado nas práticas e nos eventos sociais.

Mesmo lutando contra esses fatores, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, encara 05 munições de um total de 13, todas elas reconhecidamente do estoque de armamento da Polícia Federal, em março de 2018. Naquele momento, dá-se o início de um dos crimes mais enigmáticos e questionados na realidade brasileira. A mulher negra,

[1] Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestrando em Semiótica e Linguística Geral, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e-mail: leandro.lima.ribeiro@usp.br .

de origem humilde e de sexualidade contra-hegemônica desdobra-se em mais vidas, em mais vozes, em mais perguntas espessas: *quem matou e quem mandou matar Marielle Franco?*

O crime, durante as semanas que se sucedem, é amplamente noticiado pelos meios de comunicação brasileiros, repercutindo ainda na imprensa internacional. Por isso, estampa grande parte das manchetes da principal redação do telejornalismo das Organizações Globo, o Jornal Nacional. A título de exemplificação, no dia posterior ao assassinato (15 de março), 07 reportagens, de uma edição composta por 18 matérias, pautam a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Diante deste contexto, esta pesquisa tem por objetivo investigar a construção do sequenciamento narrativo do Jornal Nacional sobre o crime Marielle Franco, pormenorizando as operações de construção do sentido que intensificam um *querer-saber* as reais causas que motivaram o assassinato. Para tanto, organizou-se um *corpus* composto por 22 reportagens, veiculadas entre 15 e 22 de março de 2018, as duas primeiras semanas de cobertura sobre o acontecimento, disponíveis na plataforma de *streaming* Globoplay.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta investigação ancora-se na semiótica discursiva francesa (ou greimasiana). Trata-se de uma teoria geral dos sistemas de significação desenvolvida na Escola de Paris, cujo objetivo é explicar o sentido dos textos verbais, não-verbais e sincréticos. O produto televisual, ao combinar dois sistemas semióticos (a imagem e a palavra), constitui-se como um texto altamente sincrético organizado em torno de um contrato fiduciário (baseado em uma relação de crença e confiança), e nos princípios de objetividade e imparcialidade, esses conquistados através de recursos linguístico-discursivos e seus consequentes efeitos de sentido nas relações que se estabelecem entre enunciador e enunciatário, sincretizados como sujeito da enunciação (BARROS, 2001).

Nas próximas linhas, apresentamos um breve panorama do contexto onde se insere o crime Marielle Franco, destacando pontos cruciais para entendermos a atuação da vereadora enquanto defensora dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Posteriormente, é a vez de analisarmos como se dá a construção do sentido das reportagens do Jornal Nacional sobre o crime à luz da semiótica. Por uma questão de estilo e de espaço, não dedicamos uma seção exclusiva para a metalinguagem semiótica. Deixamos, por assim dizer, a teoria progredir na análise do próprio texto.

1. Estado Milícia: um fenômeno de dominação no Rio de Janeiro

No dia 13 de março de 2018, Marielle Franco publica um pôster, em suas redes sociais, com a seguinte indagação: *Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?* A vereadora se refere ao assassinato de Matheus Melo que – ao sair da igreja na comunidade do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro – foi alvejado por um patrulha da Polícia Militar. No dia posterior, 14 de março de 2018, ela e seu motorista, Anderson Gomes, são brutalmente assassinados no bairro do Estácio, Região Central do Rio de Janeiro.

A partir desse fato, uma ampla repercussão sobre o crime toma conta das manchetes dos principais jornais não só da imprensa brasileira, como também dos veículos de imprensa internacionais. Afinal, trata-se de um acontecimento envolvendo uma representante eleita democraticamente, cujo mandato se coloca como porta-voz das periferias diante das arbitrariedades policiais em comunidades cariocas.

A linha de investigação aponta duas versões confusas e conflitantes. Entre elas, aquela que levou os milicianos Ronnie Lesa e Élcio de Oliveira Queiroz a serem apontados como os assassinos. Na época, a então procuradora-geral da União, Raquel Dodge, apresenta, no seu parecer, o interesse de obstrução de informação por parte do conselheiro Domingos Brazão, o que o levou a ser apontado como autor intelectual do crime. Essa narrativa, por sua vez, opõe-se a uma primeira versão dada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, segundo a qual o vereador Marcelo Siciliano (PHS), com o apoio do miliciano Orlando Curicica, teria orquestrado o assassinato por divergências políticas, versão essa descartada posteriormente. É importante frisar que os dois possíveis mandantes estariam em campos de interesses opostos, uma vez que ambos disputam o domínio e controle de comunidades em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca.

Em qualquer caso, é importante notar, nas linhas da investigação, um denominador comum: a participação e envolvimento de milicianos no crime. E três pontos sobre essa questão merecem elucidações. Conforme explica o professor José Cláudio Souza Alves (2019):

1. A milícia é uma instância constitutiva do Estado. Sendo assim, o Estado, com as características que conhecemos, possui uma face legal e outra face ilegal. Em outras palavras, existe uma estrutura interna que controla o crime, as relações de negócio e seus empreendimentos ilícitos;

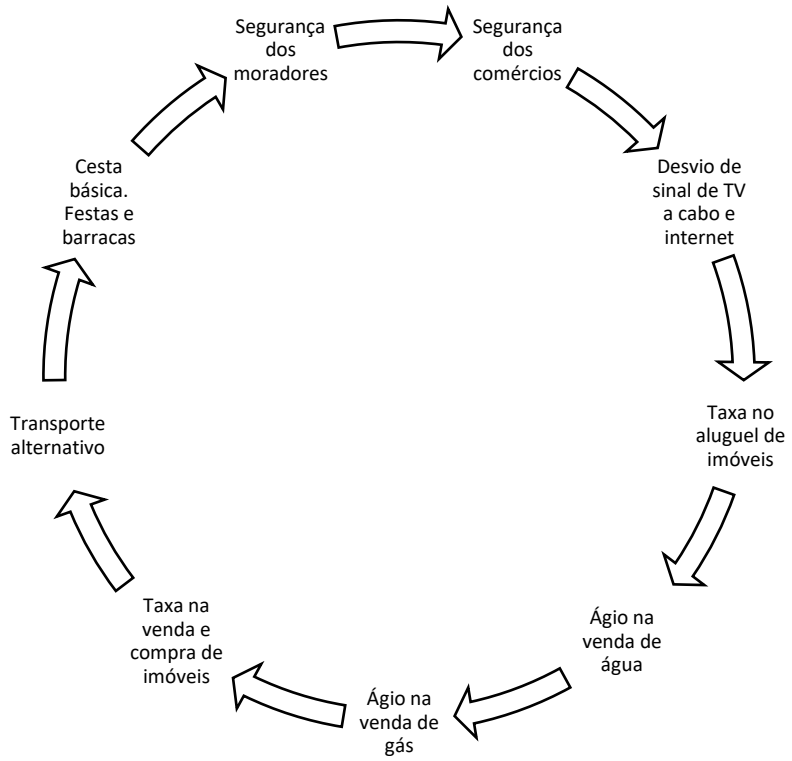
2. As milícias emergem, com veemência, durante a Ditadura Militar. No final dos anos 1960, essa organização evidencia-se como grupos de extermínios compostos por policiais militares e outros agentes de segurança, sobretudo na Zona Oeste do Rio e na Baixada Fluminense;
3. A partir de 1980, com a democracia, milicianos passam a se eleger através de mandatos. De 1990 até os dias atuais, eles passaram a desempenhar funções de deputados, vereadores, prefeitos, chefe de Estado, entre outros cargos.

Como sabemos, o Estado brasileiro é marcado por acentuadas desigualdades sociais, fator esse que contribui para o controle social e a dominação política sobre a população mais pobre. De acordo com Alves (2020, p.10), a violência em questão é vista como uma estrutura de práticas que visam à maximização do capital não só econômico, mas também político, social e cultural, "mediante a imposição de sua vontade sobre os demais, recorrendo, em última instância, à agressão e à própria eliminação de quem se opõe a eles".

O conflito, nesse contexto, entre Marielle Franco e as milícias desencadeia uma série de questionamentos a respeito dos Direitos Humanos e das desigualdades sociais no Brasil, sobretudo com a chegada ao poder de um grupo político com forte discurso autoritário e para o qual a aniquilação de seus opositores é peça fundamental para a consolidação de uma sociedade forjada à sua própria imagem ou por aquilo em que se acredita aceitável. Segundo dados de O Globo (2020), estratégias de controle, de segurança e de repressão, por parte de milícias, configuram uma rede de domínio que engloba 26 bairros da cidade do Rio de Janeiro, 14 cidades e totalizam 2,2 milhões de pessoas submetidas às truculências do Estado Milícia.

Sempre fantasiado de um discurso de insegurança social, como o conhecido *bandido bom é bandido morto*, ecoado à exaustão pelo presidente Jair Bolsonaro em sua última campanha, o Rio de Janeiro assiste ao surgimento das milícias como uma espécie de superação aos modelos produtivos até então vigentes, como o tráfico de drogas e o Jogo do Bicho, e fizeram com que "os agentes do Estado, que lidavam com a segurança pública, eliminassem seus intermediários e assumissem, de frente, o novo empreendimento" (ALVES, 2020, p.16). A partir da deficiência do Estado, a organização passou a controlar insumos básicos, de forma ilegal, como o acesso clandestino de TV´s a cabo, o abastecimento de água potável, o transporte, a energia elétrica e, especialmente,

o voto, como podemos ver no esquema 1, onde se apresenta as formas de captação de recursos para a consolidação das milícias no Rio de Janeiro, resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias (2010).



Esquema 1 – Ciclo de arrecadação financeira e política das milícias do Rio de Janeiro. Fonte: CPI das milícias (2010).

Em sua dissertação de mestrado, Marielle analisa a atuação arbitrária de agentes policiais a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que, desde 2014, maquiam as comunidades cariocas, com o intuito de criar uma realidade disfarçada/forjada para o Mundial de 2014 e as Olimpíadas de 2016, escondendo a exclusão dos mais pobres por trás do seu projeto. A partir do espetáculo midiático, como visto na ocupação do Morro do Alemão em 2010, e com o recrudescimento dos discursos contrários aos Direitos Humanos na sociedade brasileira, estamos diante de um histórico em que

> O sangue dos mais pobres funciona como um alvejante social. O sangue negro, então, é o que lava mais branco. Ele dá à sociedade, encantada pelo marketing totalitário do 'bandido bom é bandido morto', a

> justificativa irrefutável de uma política de segurança calcada na execução sumária (ALVES, 2020, p.19).

2. A cobertura do crime: uma análise semiótica

A edição do dia 15 de março de 2018 do Jornal Nacional (doravante, JN) situa, em sua abertura, por meio dos elementos figurativos, o enunciatário no tempo e no espaço da produção do discurso: 15 de março, estúdios do JN, Rio de Janeiro (Fig.1). Por meio do processo de debreagem, caracterizado como a projeção da enunciação no enunciado, instalam-se as pessoas (eles), o tempo (então) e o espaço (alhures) do discurso. (BENVENISTE, 1976). Essas categorias mostram-se não relacionadas com o momento da enunciação (*ao vivo*). Cria-se, com isso, uma debreagem enunciva, por meio da qual se garante a produção dos efeitos de sentido de objetividade, imparcialidade e distanciamento da enunciação, pilares fundamentais do texto jornalístico. Bonner, apresenta, com ar de indignação, a seguinte cabeça:

> Ao longo de toda esta quinta-feira (15), os brasileiros foram tomados por um sentimento de indignação que, ao final do dia, milhares de pessoas estavam nas ruas para deixar muito claro: os cidadãos de bem deste país exigem a investigação rápida e a punição exemplar dos assassinos da vereadora do PSOL Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, que dirigia o carro em que ela estava na noite de quarta-feira (14), no centro do Rio de Janeiro. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html

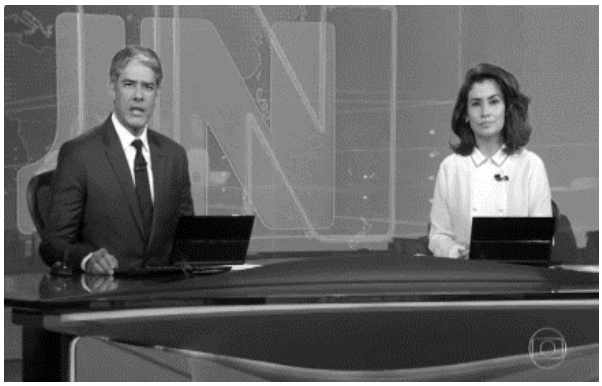


Figura 1 –Abertura do JN. Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html . Acesso em: 17 jul. de 2020.

Mesmo a temática sendo amplamente difundida durante a noite do crime (14 de março) e, subsequente, durante a manhã e a tarde do dia 15 pelos mais variados meios de

comunicação, sobretudo pela internet, o anúncio da reportagem adentra ao campo de presença do sujeito da percepção com alta intensidade (dimensão sensível). Afinal, relata-se uma situação terminativa, envolvendo uma vereadora eleita democraticamente e apontada como forte concorrente para encabeçamento de chapa nas eleições do Executivo estadual de 2018.

Assim, o caso Marielle Franco já apresenta a "latência discursiva da concessão"[3]: embora não fosse possível, aconteceu (DINIZ, 2006, p.08). Desde seu início, o discurso destaca as evidências de que os assassinos não agiram de forma improvisada. A partir dessa estrutura concessiva, da ordem do acontecimento, o JN vai mostrando as redes casuais, isto é, as implicações do crime. A primeira reportagem, diante desse fato, mostra que o enunciador *crer ser* uma execução, apesar de não saber as motivações e desconhecer os sujeitos operadores:

> Os assassinos não agiram de forma improvisada; planejaram a ação. Os investigadores dizem que o atirador sabia usar bem a arma: uma pistola calibre nove milímetros. A polícia fala em execução, mas ainda não sabe explicar os motivos. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html

Os aspectos temáticos mobilizam uma série de possibilidades presentes em nossa cultura, uma vez que a sociedade e o tipo de discurso determinam se ele é verdadeiro, mentiroso, falso, secreto (*contrato de veridicção*). A crença e a confiança constituem o contrato fiduciário, isto é, "a confiança entre os homens fundamenta a confiança nas palavras deles sobre as coisas e o mundo e, finalmente, a confiança ou a crença nas coisas e no mundo" (BARROS, 2001, p. 37). Afinal de contas, estamos diante de um país onde os corpos negros são reprovados constantemente, de uma cultura da triagem que "tende a restringir a circulação cultural, que será pequena ou mesmo nula e, de qualquer maneira, desacelerada pela presença do exclusivo e do excluído. É uma cultura do interdito" (FIORIN, 2009, p.118).

Em seguida, a reportagem apresenta o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa. Questionado a respeito do suposto caráter de execução, levanta-se a hipótese de envolvimento de forças policiais no acontecimento. A partir desse momento,

[3] Os enunciados concessivos são da ordem da intensidade, com andamento mais acelerado e tonicidade mais tônica. Quando exposto, o sujeito é altamente abalado, pois diverge das expectativas antecipadas. As relações implicativas, por sua vez, são da ordem da extensidade, são autoexplicativas, pois o sujeito é capaz de antever e antecipar respostas. (ZILBERBERG, 2011).

essa hipótese, que não é descartada pela autoridade, provoca o sujeito da enunciação e intensifica sua curiosidade. Vejamos a fala de Rivaldo Barbosa:

> Quem quiser nos ajudar, nós receberemos ajuda de qualquer instituição. Entretanto, eu quero dizer que a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro tem capacidade para resolver esse caso. Nós vamos fazer de tudo para dar uma resposta a esse crime bárbaro, esse crime que não vai ficar impune. Todos os aspectos envolvendo a investigação, como vocês muito bem sabem, a gente sempre trabalhou junto, estão sob sigilo e a gente não descarta nesse momento nenhuma possibilidade", disse o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html

Apresentam-se, então, ao público as lutas travadas por Marielle Franco enquanto defensora dos Direitos Humanos no Brasil, direitos esses que, apesar de serem desejados, não foram todos eles reconhecidos, sobretudo em realidades complexas e desiguais (BOBBIO, 2004, p.15). Como destacamos anteriormente, a vereadora do PSOL, durante sua atuação política, notabilizou-se como uma das principais representantes do direito à vida dos moradores das periferias e, portanto, contrária ao genocídio da população negra brasileira[4]. Ela, por exemplo, critica as operações efetuadas pelo Estado disfarçadas sob a égide da pacificação. De maneira incisiva, defende que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) reforçam o modelo de Estado Penal e esconde, "por trás do seu projeto, uma política de exclusão e punição dos pobres" (FRANCO, 2014, p. 35). Resgatam-se os pôsteres da vereadora, dias antes do seu assassinato, com o intuito de demarcar a forte objeção da vítima ao modo como as operações policiais eram efetuadas nas comunidades cariocas (Fig.2). Vejamos:

> Marielle Franco era atuante nas redes sociais. No sábado (9), ela escreveu que PMs estavam aterrorizando moradores na favela de Acari, na Zona Norte. Disse que era um absurdo o que estava acontecendo em Acari: "Chega de matarem nossos jovens". A vereadora também comentou a morte do jovem Matheus Melo, que foi assassinado na segunda-feira (11), na favela do Jacarezinho depois de sair da igreja. E postou um dia antes de ser morta: "Mais um homicídio que pode estar estrando na conta da PM. Quantos mais vão precisar morrer pra que essa guerra acabe? Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html

[4] Abdias Nascimento (2016) destaca que, no Brasil, as decisões têm ficado sob o controle daqueles que se ancoram no `mito da democracia racial'. "Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos; as armas e os valores do país" (NASCIMENTO, 2016, p. 54).

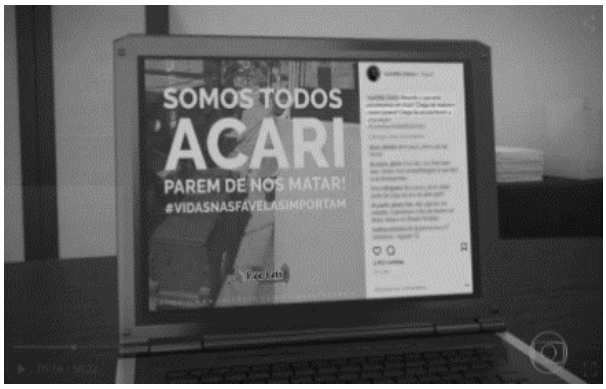


Figura 2 – Pôsteres de Marielle**.** Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html . Acesso em: 17 jul. de 2020.

Mediante os indícios de que os assassinos não agiram de forma improvisada e de que sabiam manejar muito bem as armas, o discurso se ancora, de um lado, no *crer* no inacreditável, ou seja, *crer* que uma vereadora foi assassinada covardemente; e, de outro lado, no *crer* no que se apresenta como *mais* inacreditável, isto é, evidências mostram que se trata de uma execução que não descarta uma possível participação de agentes policiais (ZILBERBERG, 2011). A polícia que, em tese, deveria garantir o monopólio da violência legítima, é colocada no lugar do questionamento.

Em relação à organização narrativa, faz-se necessário analisar os valores em jogo por meio da relação entre sujeito e objeto-valor. Pressupõe-se um destinador-manipulador, cuja identidade não se conhece, que oferece um contrato associado à manutenção e à continuação da opressão nas comunidades cariocas: comunicando um *dever-fazer* (intimidação como estratégia de manipulação). Marielle Franco, por não se encontrar virtualizada para a manipulação e por não realizar a *performance* esperada, coloca-se contrária aos valores do contrato, impedindo, por meio de seu mandato, seu acabamento. Portanto, a vereadora é tomada como antissujeito. Como resultado, a *performance*, que sempre pressupõe uma competência, é reconhecida como desalinhada, desencadeando uma sanção negativa. Essa sanção ocorre em suas duas formas: cognitiva, no que diz respeito ao reconhecimento da ação ou da falta dela; e pragmática, marcada pela exclusão do convívio social, ou seja, é "a forma mais intensa e passional das ações intolerantes, aquela em que as paixões do medo e do ódio são exacerbadas" (BARROS, 2015, p. 65). Em suma, podemos entender a atuação da militante conforme as

predisposições de um contraprograma antagônico ligado a valores humanísticos. O sujeito da enunciação, diante disto, vai preenchendo esse quebra-cabeça, cujas peças que não se encontram à disposição para a finalização da questão intensificam, cada vez mais, sua curiosidade, seu querer-saber (quem matou Marielle?).

Em um clima predominantemente disfórico, a segunda reportagem, intitulada *Multidão emocionada se despede da vereadora Marielle Franco*, apresenta as imagens da chegada do corpo na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. O texto evidencia uma multidão de pessoas (Fig.3), que abre espaço para a entrada dos caixões.

Figura 3 – entrada dos caixões. Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html . Acesso em: 17 jul. de 2020.

Ao fundo, os dizeres *Marielle presente, hoje e sempre* (Fig. 4), que ganham o mundo a partir do assassinato, pressupõem uma multidão que "quer continuar a ver esse sujeito coletivo, mas se depara com um não poder abrupto, sem respostas" (DINIZ, 2006, p.04). A reiteração do cortejo acompanhando a entrada dos corpos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Fig. 4) projeta valores que possam suprimir a falta de justiça. Trata-se da busca por respostas, do surgimento de novas Marielles.

> Mulher negra, cria da Maré, defensora dos direitos humanos". Era assim que Marielle se descrevia nas redes sociais. Era assim que ela vivia. "Uma coisa é você nascer, crescer, viver na favela. Outra coisa é você reivindicar e usar desse lugar de favelada para estar fazendo política de outra maneira". Marielle Franco começou na militância política depois de perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes na favela onde nasceu. Estudou com bolsa integral. Era socióloga, mestre em administração, vereadora pelo PSOL. Marielle tinha só 38 anos. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html

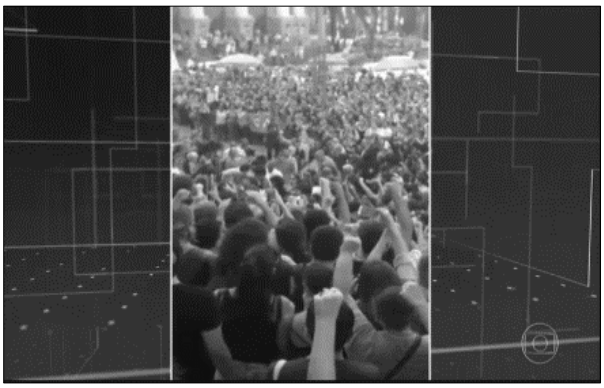


Figura 4 – Público ovaciona chegada dos caixões. Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/15.html . Acesso em: 17 jul. de 2020.

Do ponto de vista da semântica discursiva, os operadores isotópicos da superação, solidariedade, potencialidade, mobilizados pelo JN, vão construindo no sujeito uma identificação com a pauta dos Direitos Humanos. Cria da Maré, mulher negra, defensora de direitos, favelada, bolsista, a mulher que se fez ouvir além dos murros da favela, guerreira, representativa, corajosa são figuras que constituem o percurso figurativo da reputação e da busca por justiça diante das mazelas sociais.

Dois dias depois do crime, 16 de março, a edição do JN inicia com a seguinte cabeça: "Cápsulas na cena do crime eram de munição vendida para a Polícia Federal. Munição desse mesmo lote foi usada na maior chacina realizada por um grupo de extermínio na história de São Paulo. Nessa chacina, 17 pessoas foram mortas e 03 PM´s e 01 guarda-civil acabaram presos. Munição do mesmo lote também foi usada para matar 05 pessoas em guerras de traficantes em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio". E segue com a seguinte reportagem:

> A munição de que matou Marielle Franco e Anderson Gomes veio de um lote comprado pela Policia Federal. No local do crime, os peritos encontram 09 cápsulas de balas calibre 09 milímetros. A análise desse material revelou mais uma pista para a investigação: a munição pertencia ao Departamento da Polícia Federal em Brasília. A CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos) vendeu o lote UZZ18 em dezembro de 2006. A PF sempre compra munição dessa empresa, porque é única fornecedora no país. Segundo fontes da Polícia Federal, o lote tinha quase 2 milhões de cápsulas que foram distribuídas para todas as unidades da Polícia Federal... A perícia da Divisão de Homicídio do Rio descobriu que a munição desse lote era original, as cápsulas nunca foram recarregadas. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/16.html

As novas informações atualizam a hipótese levantada desde o início pelo discurso: há envolvimento da polícia. Evidencia-se que a munição usada no assassinato pertencia ao Estado. E, para além disso, resgata informações acessórias desveladas pelo telejornal: o mesmo lote também estava envolvido na Chacina de Osasco e em conflitos de traficantes em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio. Ou seja, o JN vai construído uma reputação, uma imagem moral negativa que não descarta os paradoxos da hipótese inicial.

Diante das novas informações, o telejornal intensifica, cada vez mais, o *crer ser* uma execução efetuada por agentes policiais (ZILBERBERG, 2011). Na edição do dia 19 de março, por exemplo, com o intuito de inserir o enunciatário ainda mais no espaço, em plano geral, a reportagem apresenta o local do crime: rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, Região Central do Rio de Janeiro (Fig. 5) e focaliza, em primeiro plano, uma pichação com os seguintes dizeres: "Execução/ PM Assassina", que pressupõe uma voz coletiva que compartilha a mesma hipótese (Fig, 6).

Figura 5 – Local do crime. Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/16.html. Acesso em: 17 jul. de 2020.

Figura 6 – Pichação no local do crime. Fonte: Jornal Nacional (Globoplay). Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2018/03/16.html. Acesso em: 17 jul. de 2020.

O tom de mistério do crime garante a espera tônica pelos próximos fatos. A nosso ver, essa configuração é a responsável pela procura de respostas e pela ansiedade pelos próximos desdobramentos, como acontece em uma telenovela ou como em um conto policial. Portanto, o agendamento da hipótese explica o alto engajamento do crime na esfera pública. O discurso jornalístico vai regulando a entrada de informações, atualizando-as em busca do fortalecimento de sua hipótese. A prisão dos milicianos, ex-agentes policiais militares, que ocorre posteriormente, confirma os pormenores discursivos. Nosso *corpus* não deu conta dessa atualização, tendo em vista que se restringiu às duas primeiras semanas do crime. A segunda etapa de investigação continua em curso. Esperam-se, com a conclusão do inquérito, a atualização e o desfecho da narrativa jornalística.

1. Considerações finais

Os resultados provenientes deste trabalho mostram que a construção do sentido da cobertura do crime Marielle Franco dispõe de uma intensificação que desperta o querer-saber (a curiosidade). Para isso, o *modus operandi* da narrativa gira em torno de um *crer ser* (certeza), estabelecido através de uma relação de confiança entre o Jornal (enunciador) e o telespectador (enunciatário): sujeito da enunciação. Mostra-se que a hipótese inicial levantada (uma execução efetuada por agentes policiais) se torna cada vez mais evidente ao longo do tempo e passa a nortear os desdobramentos discursivos da reportagem.

Em relação à organização narrativa, mostra-se uma sanção cognitiva e pragmática, o que nos permite a reconstrução do esquema narrativo canônico. Assim, o telespectador engajado com a cobertura passa a levantar possíveis hipóteses em direção aos possíveis contratos oferecidos e aos valores em jogo.

Nessa esteira, podemos observar que, associada ao processo de triagem da sintaxe extensiva, questões culturais são retomadas e reatualizadas. Isto é, o crime atualiza a discussão sobre o extermínio dos corpos negros em uma cultura do interdito, a atuação das forças policiais em comunidades brasileiras e a adoção de estratégias de controle e dominação por parte das milícias e da instituição policial no Brasil.

Quanto ao nível discursivo, constrói-se um percurso figurativo da superação da injustiça social. Esses desdobramentos discursivos garantem alta intensidade e, consequentemente, mais brilho ao discurso. Ao mesmo tempo, o Jornal Nacional vai construindo uma imagem negativa da instituição polícia com a finalidade de restabelecer ativamente o contrato fiduciário inicialmente proposto.

A configuração da narrativa crime Marielle Franco pelo Jornal Nacional parece recorrer a aspectos linguístico-semióticos que, ligados à afetividade, parecem dar vida ao discurso, atraindo a atenção do enunciatário em busca dos próximos desdobramentos. Com efeito, intensifica-se a apreensão do telespectador assim como acontece com o desfecho de uma telenovela e/ou um conto policial.

Para além dos aspectos analíticos, espera-se que este trabalho possa contribuir com a discussão sobre as desigualdades sociais no Brasil, sobretudo quando observamos a expansão de milícias em comunidades cariocas e de ondas totalitárias em todo mundo. Busca-se, nesse sentido, a penetração no universo científico das questões levantadas aqui com a finalidade de democratizar o conhecimento sobre essa rede de controle e dominação da população periférica e outorgada pelo Estado brasileiro.

Em suma, deseja-se não só a elucidação do crime Marielle Franco, mas também de outros crimes cujas vítimas tiveram suas vidas ceifadas pelo Estado Penal. Por fim, visa-se, nessa esteira, a uma educação para os Direitos Humanos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Luiz; SOARES, Rafael. Milícias já estão presentes em um quarto dos bairros do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 out. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/milicias-ja-estao-presentes-em-um-quarto-dos-bairros-do-rio-24699632.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história de violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ALVES, José Cláudio Souza. No Rio de Janeiro, a milícia não é um poder paralelo. É o Estado. Entrevista concedida à Mariana Simões. **Pública**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **CPI das milícias (Relatório).** Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Outros/Downloads/Relatorio%20CPI%20das%20Milicias.pdf

BARROS, Diana L. P. **Teoria do Discurso**: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas (FFLCH-USP), 2001.

BARROS, Diana L. P. Intolerância, Preconceito e Exclusão. In: LARA, Glaucia M. P.; LIMBERTI, Rita de Cássia P. (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. Contexto: São Paulo, 2015, pp. 61-78.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. Práxis enunciativa no telejornal: tensividade em notícia. **Estudos Semióticos (USP)**, Número 2, São Paulo, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Hp/Downloads/49163-Texto%20do%20artigo-60208-11020130104.pdf. Acesso em 10/03/2020.

FIORIN, José Luiz. A Construção da Identidade Nacional Brasileira. São Paulo: **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, v. 1, n. 1, 2009, pp. 115-126.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Niterói, 2014.

JORNAL NACIONAL. **Globoplay** (Plataforma *streaming*). Disponível em: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/. Acesso em: jun. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado**.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011